



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
CURSO DE HUMANIDADES**

PAULO JOSÉ MIGUEL

**AS DIFICULDADES DE ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGA, PROVÍNCIA DE
LUANDA - ANGOLA**

**REDENÇÃO - CE
2018**

PAULO JOSÉ MIGUEL

AS DIFICULDADES DE ACESSO AO ENSINO PRIMÁRIO: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGA, PROVÍNCIA DE LUANDA -
(ANGOLA)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado
Interdisciplinar em Ciências Humanas do
Instituto de Humanidades e Letras da
Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira, como
requisito parcial para a obtenção do Título
de Bacharel em Humanidades.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Janaína Lobo.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Janaína Campos Lobo (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^ª. Dr^ª. Joana Rower
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Lucas Marcelo Tomaz de Souza
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 4 |
| 2. JUSTIFICATIVA..... | 6 |
| 3. PROBLEMA DA PESQUISA..... | 9 |
| 4. OBJETIVOS..... | 10 |
| 4.1 Objetivo geral..... | 10 |
| 4.2 Objetivos específicos..... | 10 |
| 5. HIPÓTESE | 11 |
| 6. METODOLOGIA | 12 |
| 7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 7.1 Sistema de Educação no Âmbito Nacional..... | 15 |
| 7.2 Sistema de Educação não formal | 19 |
| 7.3 Desafios para potencializar a educação básica | 23 |
| REFERÊNCIAS | 26 |

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me dado força e coragem para chegar até aqui. Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, pelo apoio e por ser uma fonte de inspiração. Apesar das dificuldades financeiras que a minha família tem enfrentado, ela nunca deixou de acreditar em mim. Embora distante, não deixou de me dar força ao longo do curso, encorajando-me e incentivando-me sempre, o que fez com que eu não desanimasse.

Agradeço à minha orientadora Janaína Lobo, que foi, para mim, mais que uma orientadora: foi uma conselheira e motivadora. Agradeço pela compreensão e pela paciência e dedicação com o meu trabalho de pesquisa. Eu fui, entre os orientandos dela, o que menos tinha experiência com trabalho de pesquisa. Ela passou a me dar mais atenção, orientando-me com detalhes.

Agradeço também à minha namorada, aos meus amigos e colegas que, de forma direta ou indireta, mostraram o seu apoio no decorrer da minha formação.

Agradeço a todos os professores, porque eles foram os principais mentores da minha formação. Aprendi muita coisa com eles no decorrer das aulas, seminários, palestras, rodas de conversas e várias outras atividades. Agradeço pelo empenho dos mesmos em nos transmitir conhecimento.

E, por último, mas não menos importante: a todos os profissionais que prestam serviço a este estabelecimento estudantil. Ao pessoal da limpeza, do restaurante universitário, aos motoristas do Inter campi, à coordenação do nosso curso, BHU. Ao IHL, de uma forma especial, pela oportunidade que me deu de poder me graduar e por cuidar da minha estadia aqui, oferecendo-me assistência estudantil, alimentação, moradia, transporte e cuidados de saúde.

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa propõe uma análise sobre as dificuldades de acesso ao ensino primário no município de Cazenga, localizado na província de Luanda, Angola. Seu objetivo geral é entender os fatores que afetam o sistema de ensino nesse município, o qual ocupa uma área de 41.6 km e tem cerca de 862.351 habitantes.

A falta de acessibilidade das crianças de famílias de baixa classe à educação tem causado uma grande preocupação nos moradores de Cazenga. Por isso, este trabalho busca promover um debate e analisar os desafios e as possibilidades para melhorar a admissão ao ensino primário nessa localidade. Parto do princípio constitucional angolano de que todos, crianças, jovens e adultos, têm o direito de beneficiar-se de uma educação que supra suas necessidades básicas, que os inclua igualmente no contexto social e educacional.

De acordo com Eugénio Adolfo Alves da Silva (2014, p. 3), “no artigo 15 da lei constitucional angolana, de 1991 consagra-se a obrigação do estado na promoção do desenvolvimento de uma educação ao serviço do povo”. Logo, entende-se que é de inteira responsabilidade do Estado a promoção do desenvolvimento de uma educação de qualidade para a população, visto que é um processo de socialização mais amplo, que diz respeito aos valores éticos e que tem o potencial de impulsionar o progresso necessário rumo a um desenvolvimento sustentável.

A falta de acesso à educação acarreta várias consequências sociais, como o aumento do índice de analfabetismo. Segundo Rosa Silva (2015, p. 245), o inquérito integrado sobre o bem-estar da população angolana (INE, 2011) aponta que 26% das crianças entre os 6 e os 9 anos de idade nunca frequentaram a escola e que o número dos professores ainda revela insuficiência. Seguindo esse viés, apresento neste trabalho, de uma forma mais detalhada, a causa, o problema e as possíveis soluções, tomando o município de Cazenga como ponto de partida para, posteriormente, fazer considerações de maior alcance.

Na maioria dos países em desenvolvimento, a educação consta como prioridade no plano do governo, pois entende-se que é um dos meios de oferecer ao cidadão o direito à construção de uma identidade própria. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury (2008, p. 246) hoje, praticamente, não há países que não garantam, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundamental da cidadania.

Cazenga é um dos municípios que concentra uma boa parte da população da província de Luanda. A maior parte dos munícipes é composto por famílias de classes populares, que

têm enfrentado muitas dificuldades no acesso ao ensino primário, tudo porque o número de escolas que tem no município não corresponde com a demanda da população dessa região. Desse modo, muitas crianças acabam ficando fora do sistema de ensino, um fenômeno que preocupa muito a população, a qual reivindica por seus direitos e pede a construção de mais estabelecimentos de ensino, bem como a requalificação de muitas escolas públicas que foram abandonadas pelo governo, com destaque para as escolas do ensino primário nº 7042. Angola e Cuba, na Comuna de Tala, já foram instituições de referência em nível do município e conseguem albergar muitos estudantes.

O artigo do autor Eugénio Alves da Silva (2015, p. 1), intitulado *Direito à educação e educação para todos numa sociedade em desenvolvimento – o caso de Angola*, trata justamente dessa problemática no contexto educacional. Vale ressaltar que um dos principais trechos do artigo, que para minha pesquisa tornou-se de suma importância, é: “a educação para todos pode ter vários significados, mas neste contexto representa a capacidade de tornar o serviço educativo extensivo a todos os membros da sociedade, em condições de igualdade” (p. 12).

Dentre outros fatores, neste caso concreto, o autor se refere à competência de tirar esse plano da teoria e migrá-lo para a prática, ou seja, expandir os serviços educativos em toda a sociedade a fim de que a população tenha acesso universal. É nesse âmbito que este trabalho está inserido: na análise, problematização e criação de planos de ação para melhorar e garantir o pleno acesso à educação básica no município de Cazenga.

2. JUSTIFICATIVA

O interesse por este trabalho surgiu pelo fato de eu ter nascido e crescido neste município, onde frequentei o meu ensino primário na escola do II nº 3038, localizada na comuna de Tala Hadi. Lembro-me que, na altura, poucas crianças tinham o privilégio de se matricularem numa escola pública. A maioria estudava nos colégios privados, outros nas *explicações*, que são as escolas comunitárias, as quais serviam de escolas “informais” para ajudar na alfabetização das crianças mais necessitadas. Com o passar do tempo, fui ficando insatisfeito com as dificuldades de acesso à educação primária nessa região, o que resulta em um elevado número de crianças fora do sistema de ensino. Partindo desse pressuposto, interessei-me em pesquisar de uma forma mais detalhada as causas e os prováveis obstáculos que dificultam tal acesso.

É de suma importância analisar as questões que estão relacionadas ao direito à educação no âmbito social, principalmente primária. É nessa fase que se procura auxiliar as nossas crianças a construir uma identidade própria, a fim de se reintegrarem na sociedade e contribuírem para o desenvolvimento de diversas áreas do saber num futuro próximo.

De acordo com Campingãla, Buza e Manuel (2013), no artigo *Democratização do ensino em Angola*:

O beneficiário do ensino deve encarar isto como uma oportunidade de praticar o ato da “cidadania” com finalidade de o qualificar ou torná-lo um cidadão idóneo tanto para a vida social, como para o mundo da produção de trabalho. Dita de outra forma, a democratização do ensino consiste em tornar o cidadão empreendedor, ou seja, em ser capaz de inovar, criar, produzir, por iniciativa própria o seu perfil ideal, tendo em consideração as suas particularidades biológicas, psicológicas e sociais, isto remete-lhe em escolher livremente a sua profissionalização não esquecendo a sua vocação inata (CAMPINGÃLA; BUZA; MANUEL, 2013, p. 3).

A falta de ocupação escolar favorece o aumento da exploração de menores. Nas principais avenidas ou zonas comerciais do município de Cazenga é possível ver crianças debaixo do sol, comercializando diversos artigos, tais como embalagens de água, refrigerantes ou mesmo alimentos, um fenómeno que, por ser constante, já é visto de uma forma normal no seio daquela sociedade. Na maioria das vezes, essas crianças são obrigadas pelos pais a trabalharem para ajudarem na sustentabilidade da casa.

Segundo Zaran Ronca (2000, p. 211), “são centenas, tanto rapazes como raparigas, no centro da cidade e nos bairros, os ditos «musseques» ganhando dinheiro para sustentar as famílias e para eles próprios, vendendo bens de consumo, engraxando sapatos carregando

águas, etc.”. Outro fator que contribui para o aumento do número de crianças fora do sistema de ensino é o crescimento da população.

Fazendo uma alusão à Constituição da República de Angola de 2010, a qual assegura diversos direitos à educação dos cidadãos, nota-se que estes, por muitos fatores, não saem da teoria. Segundo o artigo 79º, é responsabilidade do Estado “promover o acesso de todos a alfabetização, ao ensino à cultura e ao desporto, estimulando a participação dos diversos agentes particulares na sua efetivação, nos termos da lei” (ANGOLA, 2010, p. 28). A Lei destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos, visando à sua inclusão social e cidadania. Os embasamentos legais, em teoria, são tudo aquilo que, na prática, na maioria das vezes, não é vivenciado pela população.

De acordo com Carlos Cury (2008, p. 248), “a importância do ensino primário um dever do Estado impôs a gratuidade como modo de torná-lo acessível a todos. Por isso, o direito à educação escolar primária inscreve-se dentro de uma perspectiva mais ampla dos direitos civis dos cidadãos”. Logo, a educação primária é fundamental na formação das crianças. Deve ser gratuita e de fácil acesso para a população, requer mais atenção e acompanhamento de profissionais na área. Em outras palavras, esse é um problema que deve ser encarado com muita seriedade por parte das entidades competentes.

Cazenga é um dos municípios de Luanda que registra um número significativo de menores envolvidos no uso de drogas e criminalidade, uma situação que vem se agravando ao longo dos tempos. Uma das causas desse fenômeno tem sido a falta de acessibilidade à educação nessa localidade. Anualmente, o governo publica dados sobre as salas de aulas que foram construídas e o número de crianças beneficiadas pelo programa. Contudo, esses dados são contraditórios em relação à realidade, segundo Francisco Espírito Santo (2002):

Os maiores constrangimentos do ensino geral tornam-se assim o acesso e a qualidade. Dos alunos que iniciam o ensino primário, apenas cerca de 40% conclui a 4ª classe. A capacidade de absorção de alunos no sistema é manifestamente insuficiente. De classe para classe o número de alunos baixa abruptamente. A situação é mais grave quando se transita de um nível para outro: estatísticas escolares recentes mostram que 1.159.746 alunos (81%) do ensino geral estão inscritos no 1º nível, 152.929 (13%) no 2º nível e 75.335 (6%) no 3º nível, o que é bem revelador da distorção do sistema em termos de capacidade de absorção de alunos (SANTO, 2002, p. 3).

No decorrer da minha formação, sempre tive o desejo de apresentar um trabalho que relatasse as dificuldades na área da educação no município de Cazenga. Acredito que dessa forma estaria contribuindo para o crescimento de Angola. Além disso, busco promover –

através de uma pesquisa-ação - um olhar propositivo para a educação básica, visto que a mesma tem uma grande facilidade de abranger um número considerável de crianças que estão fora do sistema de ensino, problema ocasionado por conta de múltiplos descasos. É nossa responsabilidade, enquanto sociedade civil, e do Estado, como entidade superior, oferecer uma boa educação para as nossas crianças e em conformidade com a lei. Contudo, não é isso que se tem observado, o que torna urgente a proposição de políticas para a resolução desse problema.

Monteiro (2003) ressalta que os pais são os naturalmente responsáveis pelo direito à educação dos filhos, garantindo segurança e o acompanhamento do crescimento dos mesmos. Por outro lado, o Estado é o principal responsável pela satisfação do direito à educação, sobretudo por dois motivos: primeiro porque as famílias, em especial aquelas em situação de pobreza, não têm condições de garantir o acesso à educação; segundo porque o Estado é uma entidade superior responsável pela gestão dos bens públicos. O Estado é formado e eleito em conformidade com as leis que vigoram em cada comunidade nacional ou mesmo internacional.

Nesse sentido, a educação é apresentada não apenas como um interesse pessoal, mas como um direito coletivo próprio da sociedade. Ela obriga o esforço dos pais, do Estado, da comunidade internacional e dos próprios educandos.

É importante também realçar que este trabalho vem contribuir para o enriquecimento dos estudos científicos realizados sobre Angola, visto que ainda são poucas as análises feitas sobre a educação no país. Este trabalho poderá servir de apoio para futuras pesquisas, em particular aquelas voltadas para o tema em questão, facilitando a identificação, numa primeira fase, dos fatores que estão na base das dificuldades de acesso ao ensino primário. Portanto, ao observar o município de Cazenga, pretendo promover o registro de informação escrita e detalhada sobre esse fenômeno, chamando a atenção para a necessidade de se implantar ações que combatam eficazmente esse problema.

3. PROBLEMA DA PESQUISA

O presente trabalho de pesquisa objetiva analisar as dificuldades de acesso à educação primária em Cazenga.

O município tem três distritos, que são Tala Hadi, Cazenga e Hoji-ya-Henda. Com cerca de 13% da população vivendo na área metropolitana, Cazenga também é considerado um lugar histórico, já que “no final do período colonial, em 1975, em particular a comuna de Hoji ya Henda era habitada por uma população maioritariamente de origem europeia. A região acolheu o maior número de refugiados”

No entanto, apesar do município concentrar um bom número da população, a mesma sofre problemas sociais, principalmente no que tange à admissão na educação primária, o que provoca um aumento no índice de analfabetismo e exploração de menores, assim como o envolvimento na criminalidade por falta de ocupação escolar. Mediante esses dados, busco compreender quais são os fatores que afetam o funcionamento do sistema de ensino na província, haja vista que os setores da educação e saúde constam como prioridade no orçamento geral do estado angolano (OGE)

O Plano Nacional de Educação (PND) previa assegurar que, até 2015, todas as crianças e, sobretudo, as meninas em situação difícil, vivendo em zonas periféricas e pertencente a minorias étnicas, teriam acesso a um ensino primário gratuito de boa qualidade. Porém, esse plano não foi concretizado, pois, segundo a Ministra da Educação, Dra. Candida Teixeira, em entrevista concedida a TV Zimbo, a segunda maior rede televisiva do país, mais de dois milhões de alunos não conseguiram ter acesso ao ano letivo, o que mostra a necessidade de se rever as formas de implementação das crianças pelo plano.

Vale destacar que, mesmo já possuindo algumas pistas sobre os entraves para o estabelecimento de uma educação básica de qualidade e amplamente acessível a todos e todas, pergunto-me: quais são os obstáculos estruturais que inviabilizam um projeto educacional democrático e qualificado em Cazenga? Por que há uma série de crianças que não está na escola? Por que o dispositivo constitucional sobre educação básica, na prática, não funciona à contento?

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Identificar os fatores que afetam o funcionamento do sistema de ensino básico no município de Cazenga - província de Luanda; e analisar os desafios e as possibilidades para melhorar o acesso à educação básica das crianças oriundas dessa localidade.

4.2 Objetivos específicos

- Indicar e descrever os entraves que dificultam o pleno acesso ao ensino básico em Cazenga;
- Identificar as consequências geradas a partir de um precário sistema educacional de ensino básico;
- Elaborar medidas que visem promover o amplo acesso ao sistema básico educacional, por meio de uma pesquisa-ação;
- Descrever como se dá o atendimento de crianças no ensino básico de Cazenga, bem como avaliar o trabalho educativo das redes de escolas ali presentes.

Além disso, busco promover um debate sobre o tema “Educação em Luanda”, já que Cazenga faz parte de uma das zonas urbanas dessa capital e possui os seguintes problemas:

- a) O elevado número de crianças fora do sistema do ensino;
- b) O aumento da exploração de menores por conta da falta de ocupação escolar;
- c) A crescente taxa de analfabetismo no município e a falta de capacidade e limitação por parte de muitos estudantes ao longo da formação - a maior parte não teve um acompanhamento eficaz desde o ensino de base.

5. HIPÓTESE

O sistema de ensino de base em Luanda é deficiente e, por conta disso, há uma série de consequências sociais que resultam de uma ineficiente política educacional. Parto do pressuposto de que a educação básica em Angola carece de investimentos, estrutura e de um sistema educacional que efetivamente atenda a todas as crianças. Nesse sentido, como dito, a educação é inoperante e Cazenga padece com elevados índices de analfabetismo, além de uma taxa crescente de crianças que estão fora da escola, o que infere em exploração e trabalho infantil.

6. METODOLOGIA

Visto que o objetivo principal desta pesquisa é analisar quais são os fatores que estão na base das dificuldades de acesso ao ensino primário no município de Cazenga, província de Luanda, a opção metodológica é constituída pelo cruzamento da análise qualitativa documental (bibliografia) e da informação resultante da pesquisa no campo (entrevistas), efetuada com recursos e técnicas de natureza qualitativa e quantitativa.

Bailey (apud Godoy *et al.*, 1995) faz menção sobre a vantagem da pesquisa qualitativa, pois esta permite o estudo de pessoas as quais não temos o acesso físico, seja porque já faleceram ou mesmo por motivos de distância. O intuito da pesquisa qualitativa não é enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, mas sim obter dados discriminativos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada. O foco é compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em tudo (GODOY *et al.*, 1995, p. 58).

A utilização da pesquisa bibliográfica também será muito importante para a realização desta pesquisa. Por meio dela é possível reunir informações que servem de base para a construção da investigação, como o acesso aos documentos e relatórios que abordam sobre o sistema de ensino em Angola. Sobre isso, Boccato (2006) esclarece que:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. De acordo com Telma Cristiane Sasso de Lima (2007), a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento muito usado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, pois mostra com clareza os meios usados no processo da investigação (tipos de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados), o contato mantido com o campo de pesquisa e os meios usados para a coleta de dados.

Em complemento, utilizarei a pesquisa documental por considerar que ela acomoda a compreensão de comportamentos e acontecimentos de realidade. Ela é muito rica em

proporcionar fontes detalhadas sobre o problema, sobretudo quando há poucas referências (bibliográficas) que abordam a realidade do sistema de ensino em Angola. Desse modo, a pesquisa documental permite ter uma visão mais ampla sobre o cenário observado.

Segundo Jackson Ronie Sá Silva (2007), tanto a pesquisa documental como a bibliográfica têm como objetivo investigar. No entanto, a ideia do documental está para além dos textos escritos ou impressos, podendo ser filmes, vídeos, *slides*, fotografias, pôsteres. Esses documentos também são apontados como fontes de informações, indicações e esclarecimento, servindo para o pesquisador como fonte de conteúdo.

Igualmente, aplicarei a entrevista semiestruturada pelo fato de a mesma proporcionar um diálogo amigável e muito liberal com o entrevistado. Apesar de se elaborar uma pauta a ser abordada ao longo da entrevista, ela não precisa obedecer um padrão formal. Sua principal vantagem é facilitar a comunicação, já que seu objetivo é a coleta de dados. Segundo Trivinos (1987, p. 146 apud MANZINI, 2004, p. 2), a entrevista semiestruturada:

tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada.

A técnica em questão permite, através de um questionário, obter um contato direto com os indivíduos que já vivenciaram esta realidade. Por meio das respostas, é possível construir novas hipóteses, diferente da entrevista não diretiva ou não estruturada, que tem um questionário pronto. Nesse modelo, o pesquisador já vem com as perguntas feitas e o entrevistado responde a partir de uma ordem determinada pelo roteiro. Contudo, a entrevista não diretiva também é um meio para a coleta de dados, pois auxilia no entendimento os fatores sociais ou um problema identificado no cotidiano.

Outra abordagem metodológica a ser utilizada é a pesquisa-ação, a qual relaciona dados e informações empíricas. Essa abordagem exige a participação efetiva do pesquisador na análise de um problema efetivo identificado pelo mesmo. Os resultados são proposições para solucionar um determinado problema. De acordo com Baldissera (2001),

A pesquisa ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e as pessoas envolvidas no estudo da realidade da realidade do tipo participativo coletivo. A participação dos pesquisadores é explicitada dentro do processo do conhecer com os cuidados necessários para que haja reciprocidade complementaridade por parte das pessoas e grupos implicados, que tem algo a dizer e a fazer não se trata de um simples levantamento de dados (BALDISSERA, 2001, p. 6).

Esse tipo de pesquisa pode ser realizado em grupo, quando os participantes têm a oportunidade de aprender com as suas próprias experiências, tornando-as acessíveis a todos os integrantes. A pesquisa-ação também está ligada às mudanças de realidade, sobretudo quando envolve problemas coletivos. Para tanto, o pesquisador deve estar envolvido na pesquisa, ter iniciativas e, principalmente, ser flexível, de forma a reconhecer os riscos e as limitações aparentes, e conduzir as ações para um replanejamento, sempre que houver necessidade

Essa abordagem será bastante útil nesta pesquisa, pois, por meio dela, creio que conseguirei elencar algumas possibilidades para melhorar o acesso ao ensino primário no município de Cazenga.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de destacar um embasamento teórico para a compreensão do funcionamento do sistema de ensino primário no município de Cazenga, apresento um levantamento documental e bibliográfico que aborda temas referentes à constituição do sistema de ensino primário angolano e o Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE funciona como um apoio para compreender os fatores que estão por trás da efetivação do sistema de educação nessa localidade.

Numa primeira fase, será contextualizado o Sistema de Educação no Âmbito Nacional, sua estrutura, implementação, avanços que foram alcançados ao longo do tempo e as vantagens alcançadas com os erros cometidos. Em seguida, aborda-se sobre o sistema de educação não formal, a importância das escolas comunitárias no seio da sociedade angolana, em particular no município de Cazenga, e expõe-se os relatos sobre os desafios para potencializar a educação básica e dar solução ao problema de acesso de modo gradual.

7.1 Sistema de Educação no Âmbito Nacional

O sistema de educação em Angola não é algo novo. A primeira reforma educativa foi implementada após a independência¹ e entrou em vigor em 1978. Na altura, conseguiu-se atingir um maior número de acesso, fazendo com que a população daquela época tivesse o direito de ir à escola. Anteriormente, essa população era tida como escrava da colônia portuguesa. Depois, a educação passou a ser vista como a única solução para a requalificação do país. Ainda assim, essa mesma reforma não previa somente alfabetizar as populações, mas ensiná-los seus direitos e deveres (BENEDITO, 2014)

Em 1986, a reforma educativa fez um diagnóstico que constatou que a maioria dos alunos não concluiu a 4ª classe. Na época, a 4ª classe era nível considerável, ou seja, um padrão deixado pelos portugueses. Como a taxa de reprovação era significativa, deu-se início a um novo programa, o qual foi interrompido pela Guerra Civil.

Para Silva (2014), foi muito importante essa tentativa levada a cabo pelo sistema de educação, pois demonstrava o grande interesse em oferecer o ensino às populações e torná-las cidadãos capazes de reconstruírem o seu próprio país. Finalmente, em 31 de dezembro de

¹ Angola é um país localizado na região austral do continente africano, com cerca de 21 milhões de habitantes. Foi antiga colônia portuguesa e proclamou a sua independência no dia 11 de novembro de 1975.

2001, o governo angolano aprovou a Lei nº 13 de Bases do Sistema. Com o alcance da paz em 2002, já era possível traçar novas metas.

Com efeito, criou-se uma nova reforma educativa que entrou em vigor em 2004. Tal reforma visava alterar o cenário deixado pelos portugueses, expandir a rede escolar, facilitar o acesso da população, requalificar escolas, melhorar a qualidade do ensino, atrair mais alunos e reforçar a eficácia e a equidade do sistema de educação. Nguluve (2006) afirma que:

A organização do sistema educacional (1976) partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdou do colonialismo português classificado como ineficiente, limitado em termos culturais, mais voltado ao domínio cultural de Portugal. O sistema educacional português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola. Averiguado os manuais usados nas escolas até a década de 1960 e finais de 70, ainda é possível notar a presença da ideologia de domínio colonial (NGULUVE, 2006, p. 85).

Percebe-se que a primeira reforma educacional partiu da necessidade de trazer um novo método para a educação em Angola, alterando a que herdou do colonialismo português por considerá-la inadequada, já que estava mais voltada à cultura ocidental e não valorizava a cultura local em seus manuais usados. Ademais, era possível notar a presença de ensinamentos de propriedade colonial.

Essa mudança, certamente, foi um dos grandes passos que o sistema de educação em Angola deu para cumprir a meta pretendida: a reconstrução do sistema de ensino e valorização da cultura local.

De acordo com M. Azancot de Menezes (2010), a Lei de Bases (LBSE) nº 13/01 de 31 de dezembro de 2001, criada pelo governo angolano, era a solução para os problemas essenciais, entre eles a ampliação do sistema de educação em todo o território nacional. Esse mesmo decreto previa o alcance de vários objetivos, como o aumento do número de professores no ensino primário e secundário e a elevação da taxa de escolaridade bruta, colocando-a acima do nível médio observado nos países de desenvolvimento humano (de 10 a 15).

Após a constituição das metas, deu-se início à sequência do processo de reforma educativa no país. A mesma almejava ser implementada em cinco etapas, conforme Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INDE, 2009): preparação (2000-2012), experimentação (2004-2010), avaliação e correção (2005-2015), generalização (2006-2011) e avaliação global (2012).

A Lei de Bases do Sistema de Educação Nacional (LBSE, 2001) trata do acesso ao ensino primário como um direito de todos alunos, em particular nos seus artigos 7 e 8:

Art.7 Entende-se por gratuidade a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar. 2. O ensino primário é gratuito, quer no subsistema de ensino geral, quer no subsistema de educação de adultos. 3. O pagamento da inscrição, da assistência às aulas, do material escolar e do apoio social nos restantes níveis de ensino, constitui encargos para os alunos, que podem recorrer, se reunirem as condições exigidas, à bolsa de estudo interna, cuja criação e regime devem ser regulados por diploma próprio.

Art.8 O ensino primário é obrigatório para todos os indivíduos que frequentem o subsistema do ensino geral.

A constituição angolana (nº 1 do art. 2 CRA) prevê que toda criança que nascer tem direito a um nome, assistência de saúde, nacionalidade e acesso à educação. Dentro do contexto da sociedade angolana, esses direitos estão mencionados nos artigos 9, 30, 31, 32, 33, 77, 85, entre outros. A educação é descrita como um processo de democratização e de alicerce de uma sociedade capaz de responder às suas exigências locais e internacionais, mostrando o interesse em torno de um sistema de educação mais eficiente. Para Campingãla (2013), essa era a garantia de acesso a todos e de assistência e fornecimento de equipamentos necessários para um melhor funcionamento.

Em complemento, Silva (2014) enfatiza:

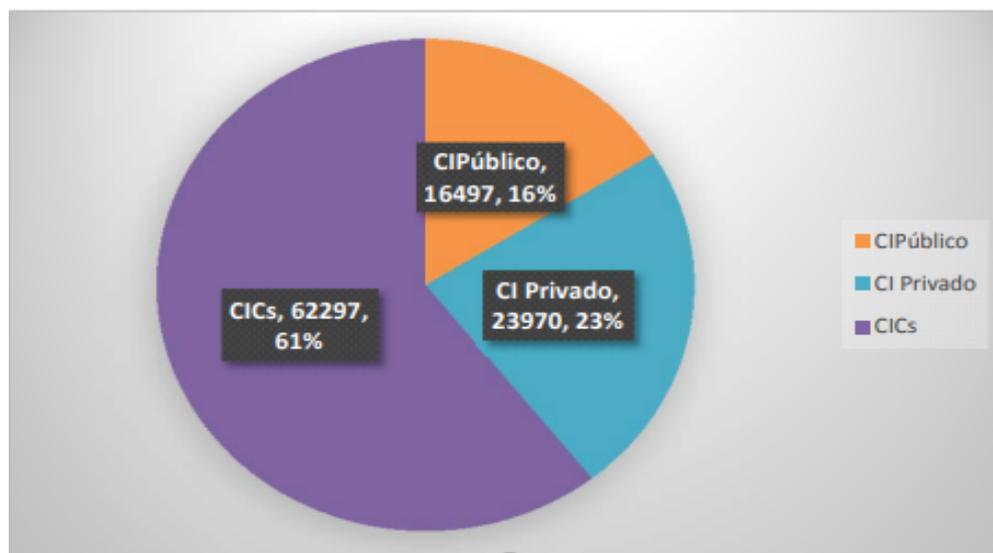
Estes enunciados, que correspondem a intenção de salvaguarda os direitos humanos fundamentais em Angola, reforçados pelos diversos discursos de altos dirigentes, e nem sempre tem encontrado expressão prática. Na verdade, a realidade é marcada por situações de que de denotam violação grosseira e continuada dos direitos humanos, o que é confirmado pelos números elevados de "crianças de rua" de crianças fora do sistema escolar, de altas taxas de jovens e adultos desempregados, de analfabetos e pobres, o que revela o quanto há a fazer para dignificação em particular na salvaguarda do direito a educação (SILVA, 2014, p. 7).

Segundo a Revista Angolana de Sociologia (RAS), as leis que visam preservar os direitos fundamentais em Angola muitas vezes fazem parte do discurso do governo angolano. Na realidade, não se vivencia isso na prática, pois não é cumprido o que foi assegurado. Pelo contrário, a população vive situações bastante críticas, que mostram uma grande desigualdade social e desrespeito com os direitos humanos. Em 2009, "Angola apresentou um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,564 em 2011 baixou para 0,486, ocupando 148, posição no mundo [PNUD]" (RAS, 2012, p. 17).

Essa regressão deve-se ao elevado número de crianças de rua sem abrigo e que estão fora do sistema de ensino escolar, às altas taxas de jovens e adultos desempregados, de analfabetos e de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Esses dados mostram o quanto é preciso ser feito para a preservação do direito à educação.

O relatório preparado pelas autoridades angolanas (Ministério da Educação) e apresentado no Fórum Mundial sobre a Educação (Incheon, República da Coreia, 19-22 maio 2015), em resposta ao convite feito pela UNESCO, faz um balanço estatístico do número de crianças beneficiárias pelo programa Educação para todos. Através desse balanço é possível constatar que apenas um número inexpressivo de crianças conseguiu se beneficiar desse programa, sendo que 25% das crianças estão no ensino particular, 16% nas escolas públicas e outras 61% fora do sistema ensino.

Grafico 1: Número de crianças beneficiárias do Atendimento à Educação da Primeira Infância - 2012



Fonte: Exame Nacional 2015 da Educação para Todos (ANGOLA, 2012).

No entanto, apesar desse Plano Nacional de Educação ter entrado em vigor, o acesso ao ensino primário em Angola ainda é precário, necessitando urgentemente da implementação de uma nova reforma, a qual seja capaz de oferecer o ingresso ao ensino fundamental a todas as crianças e garantir assistência. Segundo Simão (1994 apud RONCA, 2000):

para além da falta de vagas nas escolas, a educação básica regular em Angola caracteriza-se por um grande número de desistência, repetição de classes, diminuição de frequência escolar na faixa dos 5 aos 14 anos, aumento das desigualdades regionais e o crescente desperdício dos recursos educacionais, o que explica em parte o fenómeno das “crianças de rua” (SIMÃO, 1994, p. 2 apud RONCA, 2000).

A garantia do sucesso educativo consiste na efetivação dos planos criados. Em Angola, há visivelmente a necessidade de construção de mais infraestruturas escolares e proposição de metodologias que reduzam o número de crianças fora do sistema do ensino.

Uma aposta seria a capacitação dos docentes e a criação de programas de apoio às iniciativas que visam proteger e assegurar a primeira infância. Outra aposta é o fornecimento de merenda escolar e transporte para facilitar a deslocação dos alunos.

Esses empecilhos passam despercebidos aos olhos de muitos, mas que fazem uma grande diferença. O agravante é que uma grande parte das escolas públicas não tem o mínimo de condições para o trabalho educativo (SILVA, 2014).

7.2 Sistema de Educação não formal

Diante das dificuldades de acesso ao ensino, a educação informal surge como uma resposta possível à resolução de inúmeros problemas, principalmente no que tange ao aliciamento de jovens e crianças que se encontram em situação de não frequência escolar no ensino primário. Esse é um processo que garante acesso a todos e com menos gastos, pois, na maioria das vezes, é gratuita para as comunidades mais carentes. Logo, pretende-se atingir grandes metas na luta contra o fenômeno da exclusão e da reinserção social.

De acordo com Sivert Maria Teresa (1984), a educação comunitária não é só compreendida como uma estratégia a mais de educação, mas um instrumento básico de campo teórico, com princípios e hipóteses que pretendem dar resposta à atual situação de pobreza. Desse modo, criam-se novos métodos de ação educativa e cultural, cujo objetivo é transformar a realidade que se vive e não a conversão. Esses métodos podem gerar atividades que rompam com uma ideologia generalizada de apropriação e de não aceitação, sobretudo diante das dificuldades que afetam a vida cotidiana da população da região.

Para Heloisa Luck (2003), a

formação de redes de parceria solidária onde as escolas envolvidas se apoiam reciprocamente no seu trabalho, mediante o intercâmbio de experiências e conhecimentos, de modo a melhorar e efectivamente realizarem os seus objectivos educacionais. [...] [é] uma nova perspectiva de actuação que se torna fundamental para responder às constantes necessidades de adequação à evolução e complexidade do actual ambiente socioeconómico-cultural [...] (LUCK, 2003, p. 127).

A educação não formal é uma estratégia de parceria que procura desenvolver e melhorar as condições de uma vida digna para a sociedade. Ela se apresenta como um método fundamental para se combater as várias desigualdades e poder diversificar os atendimentos educacionais. Segundo Carolina Mendes (2011), o município Cazenga é também uma dessas

grandes zonas urbanas de Luanda que enfrenta vários problemas relacionados com o acesso ao ensino primário.

Os municípios optam por ingressar nas escolas comunitárias, que também são conhecidas como explicações. Essas escolas estão normalmente localizadas nos quintais dos moradores da comunidade. Esse tipo de ensino vem ganhando mais visibilidade em meios rurais e periféricos. Posteriormente, são transformadas em escolas particulares e oferecem melhor qualidade de educação.

Vale ressaltar que esse tipo de ensino teve um reconhecimento internacional, o que resultou na denominação desses tipos de escolas, como escolas comunitárias ou escolas de base. Com efeito, essas escolas têm se apresentado, numa primeira fase, como a solução mais eficaz para o problema de educação. Atualmente, a Associação de Escolas Comunitárias (AEC) reúne 46 na província de Luanda.

Quadro 1 – Número de escolas associadas à AEC e a respectiva localização

| Localização | Nº de escolas |
|-------------|---------------|
| Cazenga | 27 |
| Cacuaco | 14 |
| Viana | 3 |
| Sambizanga | 2 |
| Total | 46 escolas |

Fonte: As escolas comunitárias de Luanda (MENDES, 2011).

As escolas comunitárias são um modo de atuação recente, pois estão na sua fase de construção. São abertas e ativas, de caráter solidário e focadas no interesse comum. Propõem o apoio mútuo para alcançar objetivos comuns. A transformação do atual cenário educativo faz com que essas escolas se tornem uma estratégia muito importante no campo educacional. Para além de uma simples coesão, os seus princípios estão voltados para a realização plena do seu conjunto, como uma aproximação recíproca com a sociedade.

Apostar na educação é apostar no desenvolvimento, pois ela é um pilar fundamental para o crescimento de qualquer sociedade. Angola está num período de reconstrução e a sociedade não fica a par disso. No entanto, ela contribui de maneira significativa, organizando-se para encontrar possíveis soluções aos problemas sociais.

Cazenga é um desses municípios que junta esforços para resolver o problema de escolarização dos seus habitantes. Um desses esforços, conforme dito, é a criação de escolas comunitárias (explicações) que facilitam o acesso das crianças, jovens e adultos que não

tiveram a oportunidade de ingressar no sistema de ensino formal (público). Com o passar do tempo, esses serviços foram se alargando e alcançando outros municípios, como Cacucó, Sambizanga e Viana. Nessas localidades também se verifica uma insuficiência de escolas públicas em relação à demanda da população.

Segundo Sposito Ribeiro (1989):

Essas pequenas escolas comunitárias criadas nos bairros mais carentes das cidades têm uma história bastante semelhante. Normalmente, elas foram criadas por grupos de moradores que já vinham se organizando no sentido de melhorar as condições de vida em seus bairros, e muitas vezes já se confrontando com os poderes públicos, seja pela legalização da ocupação de terrenos, seja pela conquista do acesso a serviços urbanos como pavimentação, luz, esgoto, transporte, atendimento à saúde, etc. (RIBEIRO, 1989, p. 14 apud MARTINS, 2012, p. 3).

A educação não formal ou comunitária não depende necessariamente do padrão do ensino formal. Ela surge das diferentes preocupações e oferece uma formação integral ao ser humano, considerando propostas que divergem daquelas oferecidas pela educação formal. Além disso, a educação comunitária entende as dificuldades existentes nas escolas do sistema público, em especial por não conseguirem albergar todas as crianças/jovens/idosos/moradores de rua. Porém, esse tipo de educação também deve levar em conta que o sistema de educação formal já não consegue lidar, de um modo geral, com as suas obrigações sociais: cuidado, formação, atendimento, proteção e socialização dos indivíduos.

O sistema de ensino informal tem contribuído bastante no combate ao analfabetismo. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Educação (apud EXAME NACIONAL, 2015), em 1998 estimava-se que o analfabetismo literal atingia 50% dos homens e 70% das mulheres. No entanto, esse número reduziu e, em 2001, foram alfabetizadas, em todo território nacional, cerca de 4.000.000 cidadãos, dos quais 55% são mulheres. Contudo, infere-se que quase metade das crianças e jovens não estão enquadrados no programa de ensino correspondente à sua idade, ou seja, duas milhões de pessoas estão atrasadas escolarmente. Esse grupo cria um engarrafamento no sistema de ensino primário, tornando-se um dos principais fatores que afetam o acesso ao ensino de base.

Nesse âmbito, surge a necessidade de o Sistema de Educação criar uma parceria com a Associação de Escolas Comunitárias (AEC) para que o sistema de ensino deixe de ser centralizado e ceda mais espaço ao desenvolvimento de projetos em lugares onde se tenha maior dificuldade de acesso à educação. Outrossim, é importante não priorizar espaços que tenham o privilégio de recursos educacionais seja posto. Espera-se, portanto, que essa junção possa suprir a demanda populacional que se encontra fora do sistema educacional formal.

Conforme Zanra Ronca (2000).

A política de implementação da educação para todos deveria ser redefinida de maneira a libertar o sistema formal da responsabilidade com a qual não pode arcar. Deveria ser dado apoio a alternativas complementares, tais como a educação informal ou não convencional, destinada especificamente a crianças e jovens adolescentes pobres fora do ensino formal. Tal educação deveria ser confiada às ONG, a qual seria baseada em programas e currículos desenvolvidos para satisfazer as condições e necessárias específicas da população [...] (RONCA, 2000, p. 128).

Em complemento, o relatório da Unesco (2000), intitulado *Educação Para Todos*, afirma que as escolas comunitárias têm sido parcerias muito importantes no processo de expansão da educação em áreas pouco atendidas pelo governo. Essa realidade está presente em alguns países africanos, como Angola, Zâmbia, Gana e Tanzânia, os quais são frequentemente mais adaptáveis, com maior foco de alunos e ações que estão ligadas às necessidades locais. Esses países possuem programas de aprendizado flexível e acelerado, servindo de ponte para o sistema de educação formal de crianças que não tiveram acesso à escolarização.

Muitas dessas escolas, criadas por movimentos comunitários, são compostas maioritariamente por professores desempregados e jovens em fase de formação. Esses colaboradores decidem abraçar essa causa, mesmo sem receber nenhum apoio do governo provincial ou administração municipal. Essas escolas criam as suas programações de ensino de forma independente, pois os espaços são disponibilizados pelos próprios moradores da comunidade. Ainda, as escolas comunitárias não possuem caráter lucrativo e são consideradas espaços emancipatórios e solidários. As cotas que, muitas vezes, são contribuições dos pais servem para a compra de pequenos materiais de uso nas aulas, como caixas de giz (marcadores), apagadores e quadros, entre outros. Cabe mencionar que as instituições religiosas, como as igrejas católica e evangélica, também têm abraçado esses projetos.

De acordo com Santos (2007):

A escola comunitária, portanto, não pode ter dono (pessoa física), não pode obter lucro, nem ter gestão autoritária. Ela deve nascer de necessidades de uma comunidade e ser administrada, pensada e acompanhada pela própria comunidade, para garantir a construção de um projeto de educação fundamentado nas múltiplas referências sócio históricas e culturais dos sujeitos e da própria comunidade, sem desconsiderar o contexto sociocultural e político nacional, bem como a legislação educacional brasileira (SANTOS, 2007, p. 104).

O acesso à educação é um dos problemas comuns neste tempo. As igrejas têm assumido um papel importante nesse combate. Os movimentos comunitários têm como

grande objetivo consciencializar e preparar a população para resolver seus próprios problemas. A educação comunitária deve ser abraçada por todos os comunitários, pois, como se sabe, é dever do Estado oferecer educação para todos. No entanto, se não for possível, os movimentos cooperativos devem assumir a tarefa que deve priorizar a participação de todos habitantes.

O problema da educação nos países subdesenvolvidos é grave, em particular pelo número de analfabetos existentes. Todavia, cada povo se organiza em comunidades para tentar minorar essa situação, proporcionando, pelo menos, condições para saírem do analfabetismo.

7.3 Desafios para potencializar a educação básica

O sistema de educação em Angola tem atravessado momentos que oscilam entre avanços e retrocessos. O programa implementado pelo Ministério da Educação busca garantir o acesso ao ensino primário a todas as crianças, porém suas ações não têm correspondido de forma satisfatória a toda a demanda populacional. Isso faz com que muitas crianças, em algumas em regiões do país, fiquem fora do sistema de ensino, como já frisado anteriormente.

Assim, para identificar os fatores que afetam o sistema de ensino no município de Cazenga, foi necessário, primeiramente, fazer uma avaliação do funcionamento do sistema de educação em nível nacional, quando foi possível constatar que as dificuldades de acesso ao ensino de base é uma realidade que se vive em quase todo o país.

O Plano Nacional de Educação é o documento que dirige os rumos do Sistema de Educação em Angola. Logo, o mesmo precisa de mudanças estruturais para poder potencializar e melhorar o acesso ao ensino de base, além de criar estratégias que permitam que o plano efetive e altere a realidade educacional em todo o território nacional. Para isso, é preciso enfrentar alguns desafios, como o aumento do orçamento para educação, expansão da rede escolar, fornecimento de materiais didáticos e merenda escolar, criação de parcerias com a Associação de Escolas Comunitárias (AEC), requalificação das condições estruturais das escolas públicas, formação e capacitação dos profissionais de educação (gestor e professores) e criação de uma delegação que fiscalize o funcionamento dos trabalhos em curso.

De acordo com o relatório sobre o Exame Nacional da «Educação Para Todos» (2015, p. 32), em Angola, destaca-se a:

fraca qualidade das infraestruturas de ensino, de equipamentos escolares e de meios de ensino que, na generalidade, tornam bastante deficiente o ensino e a aprendizagem; [...] não tem havido um esforço para a construção de escolas rurais com tipologias de construção simples e de baixo custo, que permitam substituir as salas de aulas que ainda funcionam debaixo das árvores ou em escolas destruídas e em escombros; a falta de meios de transporte a nível rural afetam o acesso á escolas quer dos alunos como dos professores.

A necessidade de implementação de uma nova reforma no sistema de ensino angolano consiste na necessidade de assegurar um funcionamento normal de acesso e permanência dos alunos. A principal atividade para adequar o sistema de administração e gestão do setor de educação, em nível central e local, é a criação de programas específicos para o ensino fundamental.

O município de Cazenga conta com uma repartição destinada à gestão da educação. A mesma é responsável pela administração das escolas públicas e coparticipadas no município, elaboração dos exames especiais e levantamento das necessidades e do número de crianças beneficiadas pelo programa implementado através do Plano Nacional de Educação. Contudo, esse órgão é muito limitado no seu modo de atuação, principalmente por não ser autônomo. Há a necessidade de descentralizar as responsabilidades e tornar essas instituições independentes para melhor exercerem seus trabalhos.

O sistema de ensino em Angola é centralizado. Todas as repartições de educação comunal ou municipal dependem totalmente da direção provincial. Essa dependência tem causado grandes transtornos na administração das escolas públicas, sobretudo pela falta de materiais de apoio e orçamento insuficiente. Portanto, para inverter o atual cenário da educação angolana é preciso ter um maior investimento por parte do governo, assim como destaca Francisco (2013):

Existe total dependência financeira das escolas ensino primário e secundário as direções províncias e muita falta de material de apoio [...]. Organizações dos direitos humanos da sociedade civil de Angola aponta que apesar do aumento de 8% das despesas da educação, as verbas atribuídas não são suficientes para implementação de política de modernização do setor. O referido relatório criticou o governo pelo fato de nível de compromisso orçamental para a educação infantil e desenvolvimento de Angola ser muito baixo. O relatório das ONGs ilustra ainda que o orçamento para o programa atual para melhor assistência social é de 0,4% orçamento do estado e de 0,31% do programa de assistência social e de formação de professores, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (FRANCISCO, 2013, p. 97).

De acordo com a investigação feita pela UNESCO (1993), o sistema de ensino angolano só poderá dar solução a esses problemas de forma gradual, considerando cinco vertentes essenciais:

- **O aumento da capacidade de oferta designadamente EBR:** criação de parcerias de construção civil para a requalificação das escolas degradadas e construção de novas instalações escolares nas zonas periféricas;

- **Diversificação de modalidades de atendimento educativo:** criação de programas que visam incentivar o ensino não formal, financiar a construção de centros que albergam crianças fora do sistema de ensino e jovens que passaram da idade de formação, incrementar o apoio social, introduzir a merenda escolar, instalar assistência de saúde nas escolas, etc.;

- **Qualificação massiva dos docentes:** apostar na formação dos professores, visto que os mesmos são os responsáveis pela formação das crianças; formar um grupo de docentes que atuem rapidamente em lugares onde a taxa de acesso escolar é menor;

- **Garantia de equipamentos didáticos básicos:** fornece uma variedade de materiais por escola, assim como de uso corrente para os alunos.

Dessa forma, com esse conjunto de informações acerca da realidade educacional em Angola, viso produzir uma pesquisa qualitativa, partindo de um micro-cosmo, que é Cazenga, para fazer inferências mais gerais que qualifiquem o ensino nesse país. Busco, portanto, compreender para agir.

REFERÊNCIAS

A GRANDE entrevista. Luanda: Tv Zimbo, 15/05/2018. Link Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rXh-YTGc-S4> (15 min.), P&B.

ANGOLA. Ministério da Educação. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda, 2001. Disponível em: http://welvitchia.com/SESA_files/Lei%2013_01_Lei%20de%20Bases%20do%20Sistema%20de%20Educacao%20de%20Angola%202001.pdf Acesso em: 22/08/2018.

BALDISSERA, Adelina. Pesquisa- Ação Uma Metodologia do Conhecer E do Agir Coletivo. **Sociedade**, São Paulo, p.5-25, ago. 2001.

BOCCATO, Vera Regina Casary. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CAMPINGÃLA, Joaquina Marisa; BUZA, Alfredo Gabriel; MANUEL, Ivanilson de Jesus Domingos. Democratização do ensino em Angola: estudo de caso na escola primária no distrito urbano da Imgombota – Luanda. In: CONFERÊNCIA DO FÓRUM DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS PAIES E REGIÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA (FORGES), 7., 2017, Maputo. **Anais eletrônicos...** Maputo: FORGES, 2017. Disponível em: <http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/15-Democratizacao-do-Ensino-em-Angola.pdf> Acesso em: 15/07/2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação como um direito. **Revista Cadernos da Pesquisa**, Belo Horizonte/MG, p. 293-303, 1 ago. 2008.

EDUCAÇÃO, Ministério da Educação. **Exame Nacional de Educação**. Luanda: Centro de Documentos e Informação do Ministério da Educação, 2012. 44 p. (M).

ESCOLAS abandonadas em Cazenga. Luanda- Cazenga: Carlos Júnior, 2016. (15 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OjS_6U7Zzuc&t=43s. Acesso em: 18 fev. 2016.

FRANCISCO, Roberto Gonçalves. **O Direito a educação Básica em Angola: desafios e problema a luz do direito internacional dos direitos humanos**. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

GODOY, Marilda Schmidt. Introdução a pesquisa e suas possibilidades. **Revista Administração de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 35, p. 57-63, mar. 1995.

INDE. **Instituto Nacional de Investigação de Desenvolvimento da Educação Constituição da República**. Luanda, 2009.

LIMA, Tema Cristina Sasso de. Procedimento metodológicos na construção do conhecimento científica a pesquisa bibliográfica. **Revista Kátal**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 3 abr. 2007.

LUCK, Heloise. Como forma rede de escolas solidarias. **Revista Fae: Revista da Fae**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 125-136, 10 mai. 2003.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru/SP. **Anais eletrônicos...** Bauru/SP: USC, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/217026920/Manzini-2004-entrevista-semi-estruturada-pdf>
Acesso em: 19/05/2018

MENDES, Caroline. **As escolas comunitárias de Luanda**. 2011. 175f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011. Cap. 175. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6071/1/ulfpie039933_tm.pdf Acesso em: 1/07/2018

MENEZES, M. Azancot de. **Um olhar sobre a implementação da reforma educativa em Angola**: Estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla. 2010. 73f. Monografia (Graduação) - Instituto Superior de Ciências da Educação, Luanda, Angola. Disponível em: <http://isced.ed.ao/assets/290/Azancot%20de%20Menezes-Reforma%20Educativa%20em%20Angola.pdf> Acesso em: 5/06/2018.

MONTEIRO, Agostinho dos Reis. O pão do direito a educação: O pão do direito a educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 84, n. 22, p. 763-789, 9 jul. 2003.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Política Educacional Angolana (1976-2005)**: organização, desenvolvimento e perspectivas. 2006. 218f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROCA, Zoran. As “crianças de rua” em Angola. Um estudo das necessidades e dos potenciais para a introdução do ensino básico informal. **Revista Lusófona**, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 214-209, mar. 2000.

SANTO, Francisca Espírito. Género no contexto educativo em Angola. In: FÓRUM LUSÓFONO DE MULHERES EM POSTOS DE DECISÃO, 2., 2000, Luanda. **Anais...** Luanda, 2002. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/francisc.pdf> Acesso em: 10/4/2018.

SILVA, Eugénio Adolfo Alves da. **Direito à Educação e Educação para todos numa sociedade em - o caso de Angola.** 2014. 20f. TCC (Graduação em Ciências Sociais), Universidade António Agostinho Neto, Luanda, 2014. Cap. 3.

SILVA, Jackson Ronie Sá. Procedimento metodológicos na construção do conhecimento científica a pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Paulo, p. 1-15, jun. 2007.

SILVA, Rosa; SILVA, António de Carvalho. Um olhar sobre a formação de professores em Angola. In: COLÓQUIO CABO-VERDIANO DE EDUCAÇÃO – CEDU, 2., 2015, Praia. **Anais eletrônicos...** Praia: Uni-CV, 2015. v. 1, p. 242-251. Disponível em: http://www.unicv.edu.cv/images/edicoes/Atas_CEDU2015.pdf Acesso em: 12/06/2018.

TERESA, Sirvet Maria. **Educação comunitária.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1984. 244 p.

UNESCO. **Educação para todos 2000-2015: progressos e desafios.** Paris, França: Unesco Publishing, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf> Acesso em: 3/07/2018

PORTUGUESA, União das Cidades de Língua. **História do Cazenga.** Disponível em: <https://www.uccla.pt/membro/cazenga>. Acesso em: 10 jul. 2010.